

# **Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000\***

**Nilza de Oliveira Martins Pereira<sup>S</sup>**

## **Resumo**

O censo demográfico consiste numa fonte de informação básica para o conhecimento das características demográficas, sociais e econômicas acerca da população que se autodeclarou indígena nos dois últimos censos no território nacional. Pretende-se neste documento traçar um perfil demográfico e socioeconômico enfocando a dicotomia existente entre aqueles residentes em áreas urbanas e rurais e considerando o crescimento populacional expressivo desta população, no período 1991/2000.

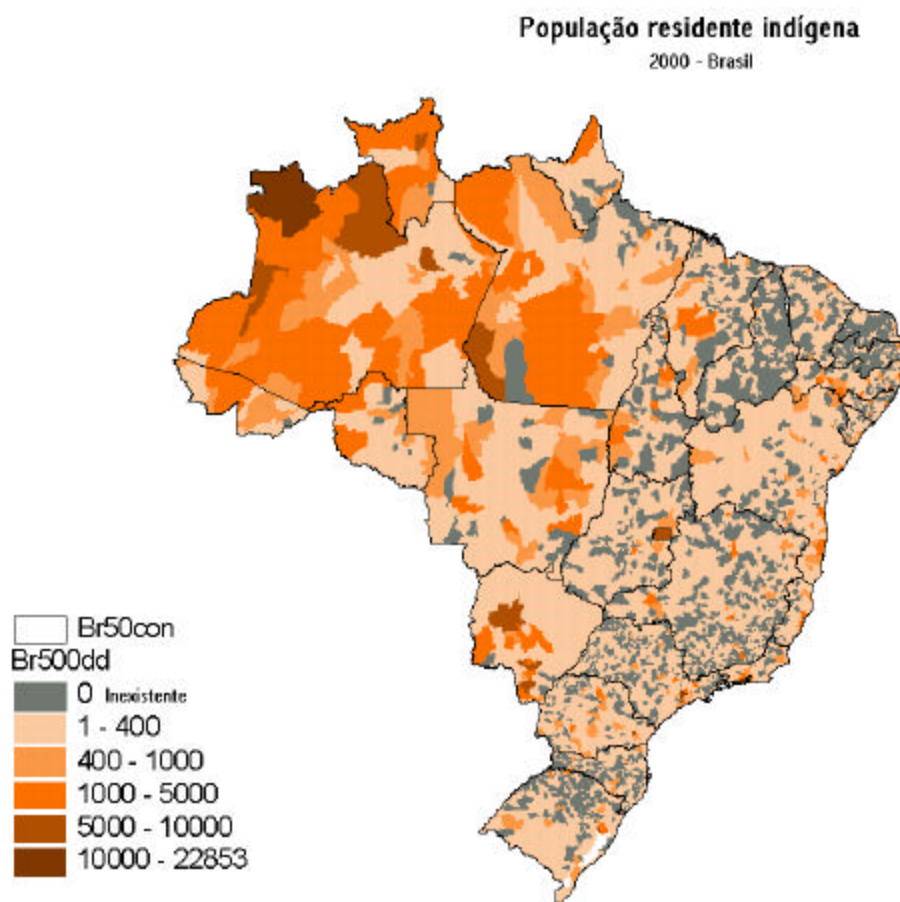
---

\* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

\* Estatística da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

# Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000 \*

Nilza de Oliveira Martins Pereira<sup>S</sup>



Março, 2004  
Rio de Janeiro

\* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

\* Estatística da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

## **Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000 \***

**Nilza de Oliveira Martins Pereira<sup>S</sup>**

Na verdade, quantos indígenas existem no país? Esta é a pergunta que muitos estudiosos em população indígena tentam responder. Os censos demográficos são a grande referência para chegarmos o mais próximo desta realidade. A metodologia para classificação<sup>1</sup> da população indígena utilizada nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 foi a autoidentificação, aplicando-se tanto aos indígenas que viviam em aldeamento como aos que viviam fora de aldeamento, e a partir daí todas as análises deste documento foram dirigidas para esta população. Muitos especialistas acreditam que a formulação do quesito sobre raça ou cor deva ser aperfeiçoada; e em alguns países da América Latina, além da autoidentificação outros critérios são utilizados para a classificação, tais como: o idioma ou língua falada; a localização geográfica e outras características.

Os resultados do Censo Demográfico 2000 revelaram que a população que se declarou indígena aumentou duas vezes e meia em relação ao Censo Demográfico de 1991. O censo de 1991 foi o primeiro a incorporar a categoria indígena em separado da categoria dos pardos no quesito "Qual a sua cor ou raça?" e o Censo Demográfico 2000 manteve as mesmas categorias como também a mesma conceituação.

O comportamento da situação domiciliar desta população quer esteja na área urbana ou rural, é muito relevante, como também, a sua localização geográfica. Uma população indígena de um determinado estado da Região Norte apresentará um panorama distinto de uma população indígena de um estado localizado na Região Sudeste. Portanto, este documento pretende traçar um perfil do indígena brasileiro levando em consideração o diferencial urbano e rural como também a localização geográfica brasileira, considerando as características das pessoas investigadas nos censos de 1991 e 2000. E, com estes dois pontos no tempo, alguns níveis e padrões de comportamento desta população já poderão ser consolidados. Em alguns relatórios de acompanhamento do campo durante a realização do censo 2000 foi observada a grande dificuldade no processo de coleta convencional das informações durante as entrevistas, conseguindo-se, apenas, nome, sexo, idade e poucas características sobre moradia e instrução. Portanto, neste documento pretende-se traçar um paralelo com o nível de qualidade da declaração dos questionários mediante à análise de consistência das respostas provenientes da coleta do dado no campo, onde alguns indicadores serão gerados com a distinção de informações que obtiveram tratamento através dos processos<sup>2</sup> de crítica qualitativa utilizada pelo Censo Demográfico 2000.

---

\* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

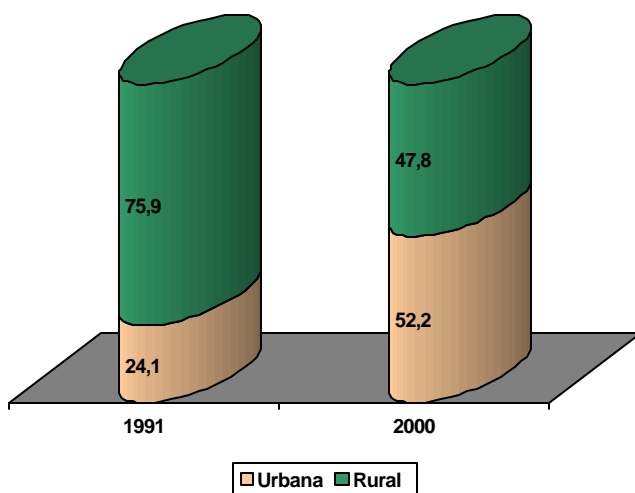
\* Estatística da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

<sup>1</sup> Convenção da 169 OIT de 07/06/1989 sobre Povos Indígenas, art. 1.

<sup>2</sup> O processo de tratamento qualitativo das informações utilizado no Censo Demográfico 2000 foi descrito no Volume de Metodologia do Censo Demográfico 2000. O New Imputation Methodology - NIM (Statistic Canada) foi utilizado para crítica e imputação automática de um conjunto de variáveis do Questionário da Amostra, referentes às pessoas residentes em domicílios com até oito moradores. Nos domicílios com mais de 8 pessoas, as correções foram feitas manualmente, através de uma aplicação desenvolvida pelo Integrated Microcomputer Processing System - IMPS (U.S. Census Bureau) e o Sistema de Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos – DIA desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística – INE

Em 2000, o Brasil possuía uma população de 734 mil indígenas declarados (0,4% da população total), enquanto que em 1991, 294 mil se declararam como indígenas (0,2% da população total). O aumento da proporção de população urbana que ocorreu na população brasileira como um todo deveu-se à três fatores: o próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais. Com relação a população indígena, um fator relevante é o crescimento populacional expressivo desta população quanto a sua autoidentificação em relação ao censo anterior.

**Proporção de população indígena por situação do domicílio - Brasil - 1991-2000**



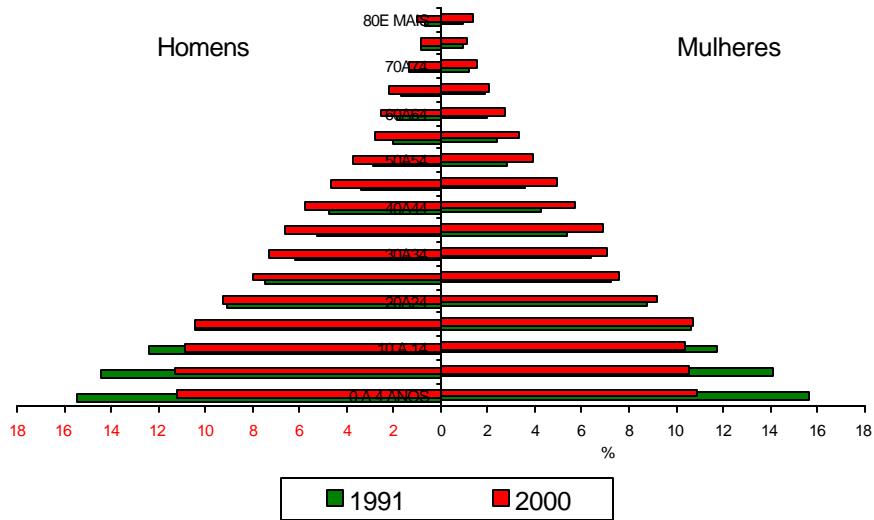
## 1. Características demográficas

Um primeiro tópico que será abordado consiste na estrutura por sexo e idade da população indígena brasileira, onde os diferenciais são nítidos. Os indígenas urbanos acompanham o padrão da composição por sexo e idade da população brasileira, que apresentou como característica uma baixa fecundidade e mortalidade, e também, uma razão de dependência baixa e com idade mediana alta. Enquanto que, para aqueles indígenas residentes na área rural do país, o comportamento piramidal é representado ainda por uma alta natalidade e mortalidade, que é um padrão geralmente observado entre populações indígenas. A idade mediana da população indígena do Brasil revelada pelo Censo Demográfico 2000 foi 23,2 anos de idade e no que tange aos homens, 22,9 anos de idade e as mulheres são meio ano mais velhas que os homens com 23,5 anos de idade. Quando se recortou pela situação do domicílio a idade mediana apresentou um diferencial significativo, isto é, os indígenas da área urbanas tinham 30,1 anos de idade e os da área rural 16,8 anos de idade. A tendência revelada pelo Censo Demográfico de 1991 foi à mesma.

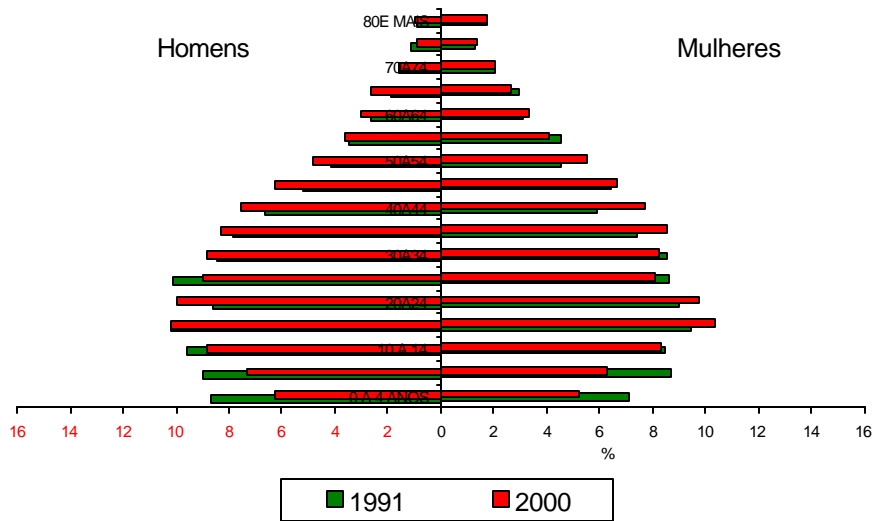
---

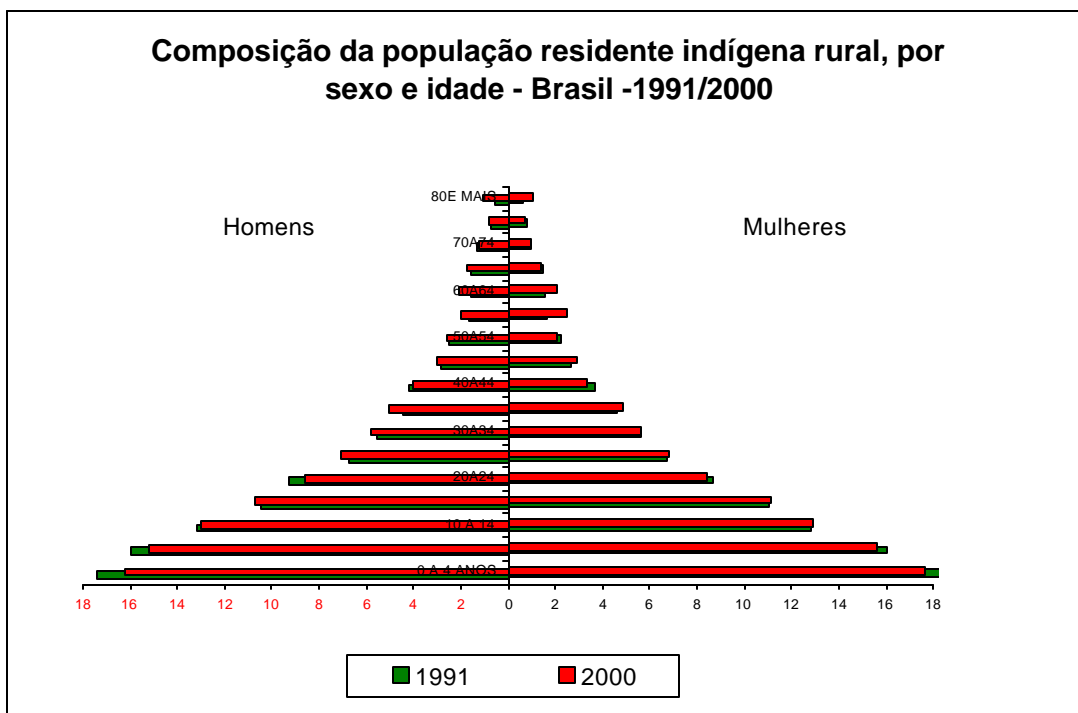
– da Espanha, tem como base a metodologia de Fellegi e Holt (1976)– de imputação probabilística – que trata dados qualitativos inconsistentes ou ausentes, aliando também a possibilidade de serem feitas imputações determinísticas.

### Composição da população residente indígena, por sexo e idade - Brasil -1991/2000

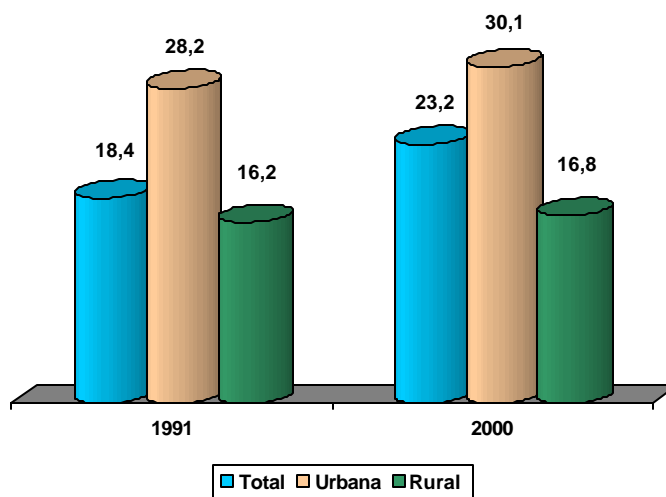


### Composição da população residente indígena urbana, por sexo e idade - Brasil -1991/2000





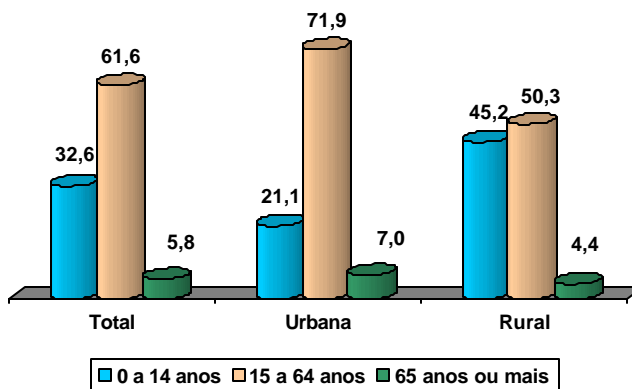
**Idade mediana da população indígena por situação do domicílio - Brasil - 1991-2000**



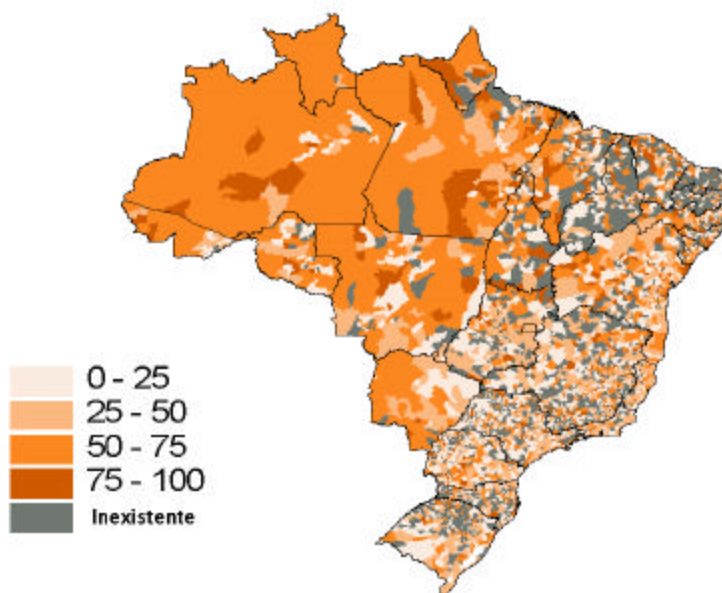
Em 1991, a população indígena praticamente era dividida entre a proporção de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) e a proporção de adultos (15 a 64 anos de idade), enquanto que os idosos (65 anos ou mais) representavam 4,7% da população total de indígenas. Em 2000, a participação relativa do contingente de crianças e adolescentes declinou em 22,1%, já a contribuição dos adultos cresceu em 15,3%. A distribuição percentual da população pelos grandes grupos populacionais fazendo a distinção do urbano e

rural revelou uma proporção de crianças e adolescentes na área rural duas vezes mais do que a área urbana. A proporção das pessoas indígenas até 24 anos de idade, em 2000, concentrava 52% da população total indígena, enquanto na área urbana este percentual atingiu 41% e a área rural, 65%.

Proporção da população indígena por situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2000

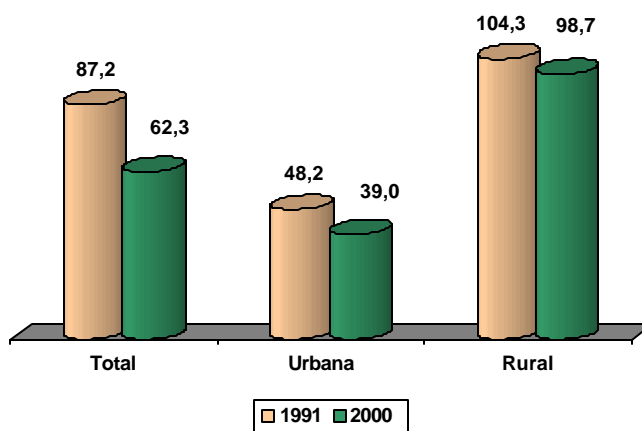


Proporção de pessoas indígenas até 24 anos de idade - Brasil - 2000



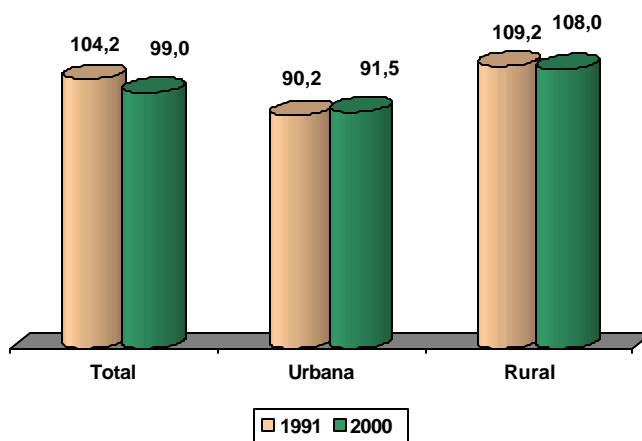
Com uma distribuição da estrutura etária tão distinta quando analisamos pela situação do domicílio, o indicador razão de dependência, que permite estabelecer o peso dos inativos (crianças, jovens e idosos) sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva revelou que na área urbana os inativos correspondem a um pouco mais de um terço dos potencialmente ativos, enquanto na área rural, a relação era de praticamente um inativo para cada ativo.

**Razão de dependência total da população indígena por situação do domicílio - Brasil - 1991-2000**

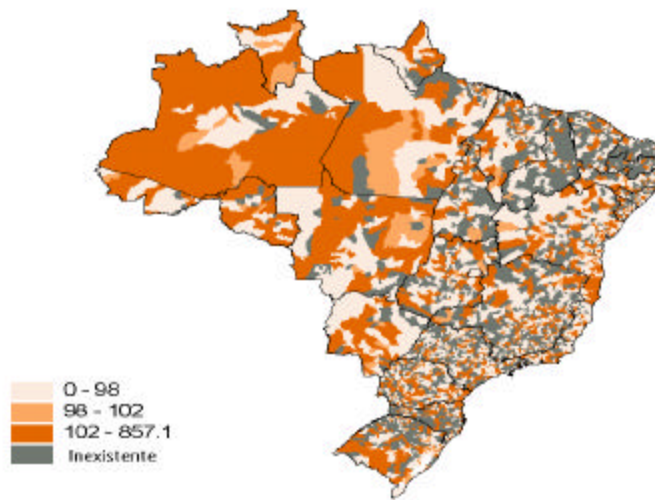


A tendência histórica brasileira quanto às razões de sexo é de predominância feminina para a população total, com comportamento idêntico para a área urbana e no contexto rural do país esta relação se inverte com a existência de mais homens do que mulheres. Para a população indígena total, o Censo Demográfico 2000 revelou um equilíbrio entre homens e mulheres, para a área urbana e a rural a tendência foi a mesma da população brasileira como um todo.

**Razão de sexo da população indígena por situação do domicílio - Brasil - 1991-2000**



## Razão de sexo da população indígena - Brasil - 2000



Dentro do contexto da estrutura por sexo e idade provenientes de informações que não tiveram nenhum tipo de imputação qualitativa, a variável sexo revelou que 98,2% dos homens apresentaram informações válidas e para as mulheres 98,4%. Quanto a idade, as respostas válidas atingiram quase que a totalidade 99,4%. Com base nestas duas variáveis foram calculados alguns indicadores visando a comparabilidade entre as duas distribuições, a que correspondia ao total das observações já tratadas e as informações que não foram objeto de tratamento crítico. Os resultados obtidos validaram as estruturas quanto a consistência das respostas obtidas.

Indicadores calculados com base na estrutura por sexo e idade da população indígena utilizando duas distribuições, a distribuição final das informações e a sem correção qualitativa dos dados /2000

Indicadores	Distribuição da população indígena	
	Final (1)	Somente com respostas válidas (2)
Idade mediana		
Total	23,2	22,6
Urbana	30,1	29,2
Rural	16,8	16,1
Proporção dos grandes grupos populacionais		
0 a 14 anos		
Total	32,6	32,5
Urbana	21,1	21,0
Rural	45,2	45,2
15 a 64 anos		
Total	61,6	61,7
Urbana	71,9	72,1

Rural	50,7	50,8
65 anos ou mais		
Total	5,8	5,8
Urbana	7,0	7,0
Rural	4,0	4,0
Razão de dependência		
Total	62,3	62,0
Urbana	39,0	38,8
Rural	97,1	96,8
Índice de envelhecimento		
Total	17,7	17,7
Urbana	33,2	33,1
Rural	8,9	8,9
Razão de sexo		
Total	99,0	99,2
Urbana	91,5	91,6
Rural	108,0	108,3

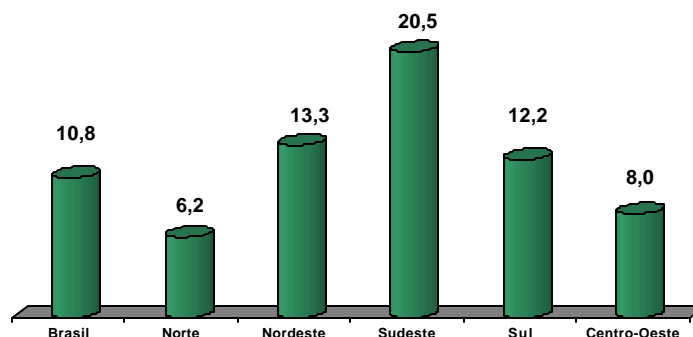
---

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

- (1) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa) e com informações que tiveram tratamento crítico.
- (2) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa).

Os resultados do Censo Demográfico 2000 revelaram que a população indígena brasileira apresentou um crescimento significativo em relação ao Censo Demográfico de 1991, 10,8% a.a.. Este crescimento foi bem significativo na área urbana do País, com 20,8% a.a., já a área rural 5,2% a.a.. A região geográfica que revelou o maior crescimento foi a Sudeste, com 20,5% a.a.. Por estas duas características, ser na área urbana e pertencer a Região Sudeste, atribuímos este crescimento mais a uma melhor identificação desta população do que a um crescimento demográfico propriamente dito, porém a componente migratória não foi descartada, o que será visto mais adiante. A taxa média geométrica de crescimento anual calculada também para a população indígena por sexo mostrou que não existia diferencial acentuado entre homens e mulheres e acompanhou a tendência da população total indígena.

Taxa média geométrica de crescimento anual da população indígena por Grandes Regiões - Brasil - 1991-2000



## 2. Componentes da dinâmica demográfica

As informações do Censo demográfico de 1991 não possibilitaram boas estimativas do nível de fecundidade das mulheres indígenas e com isto não foi possível avaliar o desempenho reprodutivo destas mulheres.

As indagações acerca dos filhos nascidos e dos filhos sobreviventes no Bloco de fecundidade do Censo Demográfico de 1991 foram obtidos de maneira desagregada, possibilitando uma maior probabilidade de falta de declaração das mulheres. Especificamente, para as indígenas residentes na Região Norte 49,5% das mulheres de 10 anos ou mais de idade deixaram de responder ao bloco de fecundidade e para o conjunto de 15 anos ou mais de idade este percentual declinou para 36,1%.

Para o Censo Demográfico 2000, as informações foram mais robustas e a taxa de fecundidade total das mulheres indígenas de 15 anos ou mais foi 3,9 filhos por mulher, para a área urbana, 2,7 filhos por mulher e para a área rural, 6,0 filhos por mulher. A dificuldade na obtenção das informações de fecundidade junto às mulheres indígenas sempre foi grande, entretanto a proporção de informações reveladas pelo Censo Demográfico 2000 para filhos nascidos vivos com respostas consistentes foi 96,6%, dos filhos sobreviventes foi 96,3% e dos filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses anteriores à data do censo, 98,4%. Com estas informações foi possível recalcular a taxa de fecundidade total para as mulheres indígenas entre 15 e 49 anos de idade e o resultado foi 3,6 filhos por mulher para o total, 2,5 filhos por mulher para a área urbana e 5,6 filhos por mulher para a área rural, observando-se redução nas taxas em relação à distribuição final dos dados. Estudos demonstram que os níveis de fecundidade são menores para as mulheres que possuem um nível de escolaridade mais elevado, e geralmente, as respostas oriundas das entrevistas no campo são mais consistentes quando provenientes de pessoas mais esclarecidas.

A taxa bruta de natalidade e a taxa geral de fecundidade também foram calculadas com ambas às distribuições para o mesmo conjunto de mulheres indígenas e observou-se que os níveis estavam mais elevados na área rural, onde as condições socioeconômicas da população indígena são mais baixas.

Indicadores calculados com base nas informações de fecundidade das mulheres indígena utilizando duas distribuições, a distribuição final das informações e a sem correção qualitativa dos dados - 2000

Indicadores	Distribuição da mulheres indígena de 15 a 49 anos de idade	
	Final (1)	Somente com respostas válidas(2)
Taxa de Fecundidade Total		
Total	3,9	3,6
Urbana	2,7	2,5
Rural	6,0	5,6
Taxa Bruta de Natalidade		
Total	32,7	30,5
Urbana	25,4	23,8
Rural	41,9	38,9
Taxa Geral de Fecundidade		
Total	12,5	11,7
Urbana	8,2	7,7
Rural	20,2	18,9

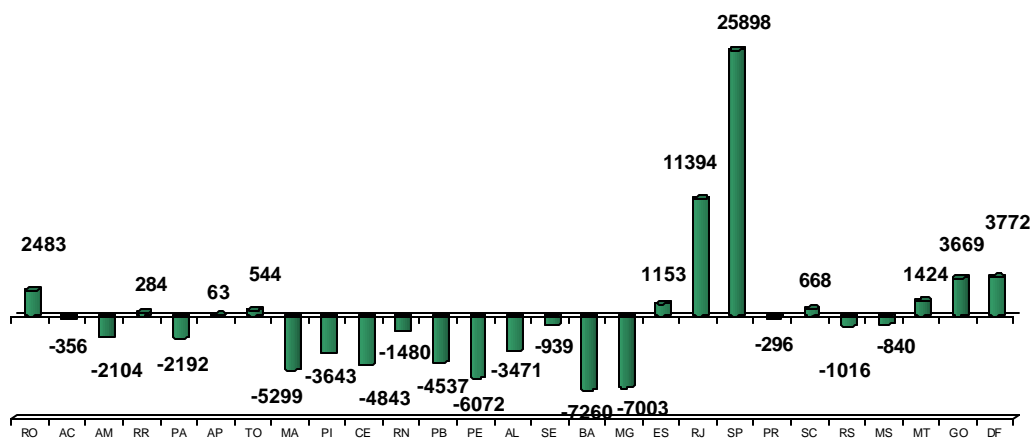
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(3) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa) e com informações que tiveram tratamento crítico.

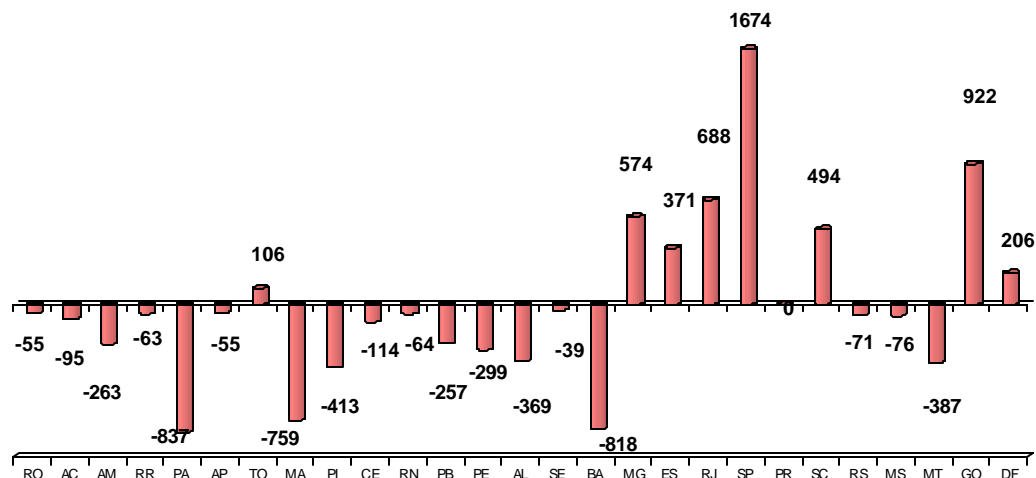
(4) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa).

O ritmo de crescimento anual da população indígena no período 1991-2000 experimentou crescimento significativo como foi dito anteriormente e a primeira avaliação feita foi quanto a consolidação do quesito, haja vista que em 1991 era a primeira vez que os indígenas eram captados separadamente dos pardos, como era realizado nos censos até 1980. Quando os resultados relativos à migração desta população foram analisados observou-se que em 2000 foram recenseadas 103 483 pessoas indígenas em Unidades da Federação diferentes da de nascimentos e a população indígena no sudeste do país onde cresceu mais intensamente foi exatamente a região onde o fluxo migratório foi maior. Quanto a análise do lugar de residência há 5 anos antes do censo 2000, 19 772 migrantes indígenas efetuaram movimentos, sendo São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro os estados que apresentaram os maiores saldos migratórios.

**Saldo migratório da população indígena com a informação do lugar de nascimento, segundo as Unidades da Federação de residência  
Brasil - 2000**



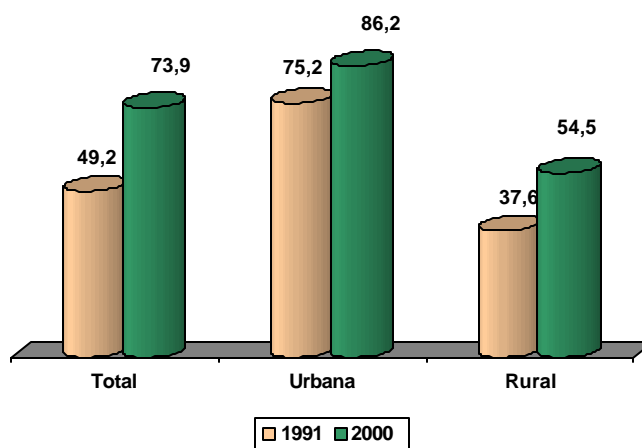
**Saldo migratório da população indígena com a informação do lugar de residência há 5 anos antes da data da pesquisa, segundo as Unidades da Federação de residência  
Brasil - 2000**



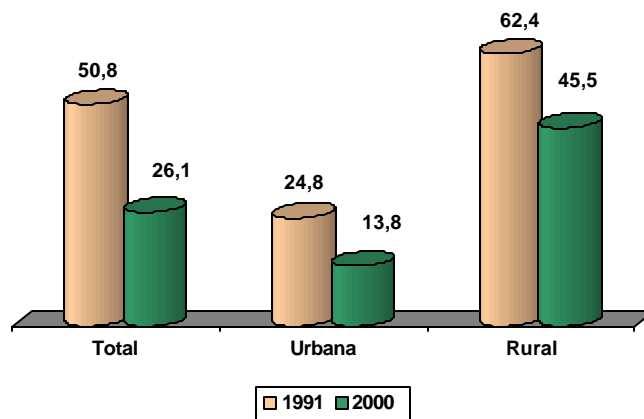
### 3. Características sociais e econômicas

A população indígena brasileira revelou grandes avanços nos níveis educacionais na última década. O nível de alfabetização da população que se classificou como indígena estava abaixo de 50% no Censo Demográfico de 1991 e a taxa de alfabetização calculada com as informações do Censo Demográfico de 2000, revelou uma variação positiva de 50,2%. Entretanto, as condições educacionais, embora tenham melhorado muito, ainda refletem um alto índice de analfabetismo. Embora a dicotomia existente entre o urbano e o rural seja muito grande, o avanço foi sensível na área rural quanto a redução dos níveis de analfabetismo.

**Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade indígenas por situação do domicílio - Brasil - 1991-2000**



**Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade indígenas por situação do domicílio - Brasil - 1991-2000**



Sob o ponto de vista do tratamento qualitativo da informação, foram selecionados os indicadores taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no contexto das características educacionais e 98,9% das respostas das pessoas de 15 anos ou mais de idade que sabiam ler e escrever não foram imputadas e das que não sabiam ler e escrever esta proporção atingiu 99,9% de respostas consistentes. Para as duas categorias de alfabetização, as áreas urbana e rural tinham praticamente a mesma proporção de informações válidas.

Indicadores calculados com base nas informações de indicação de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade utilizando duas distribuições, a distribuição final das informações e a sem correção qualitativa dos dados - 2000

Indicadores	Distribuição da mulheres indígena de 15 a 49 anos de idade	
	Final (1)	Somente com respostas válidas (2)
Total		
Taxa de alfabetização	73,9	73,7
Taxa de analfabetismo	26,1	26,3
Urbana		
Taxa de alfabetização	86,2	86,1
Taxa de analfabetismo	54,5	54,2
Rural		
Taxa de alfabetização	13,8	13,9
Taxa de analfabetismo	45,5	45,8

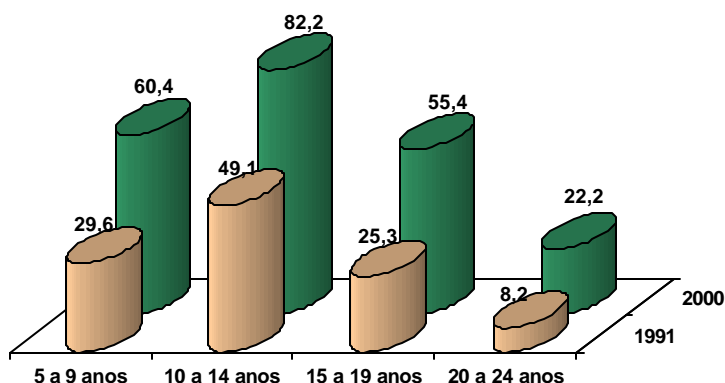
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(5) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa) e com informações que tiveram tratamento crítico.

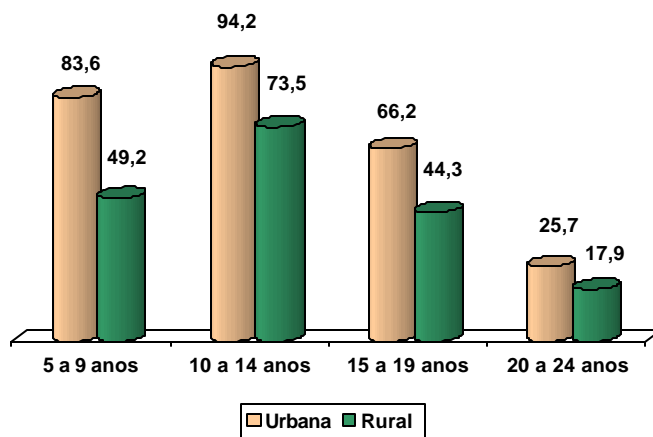
(6) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa).

A taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos de idade indígena revelada pelo Censo Demográfico 2000 foi 43,8%, com um crescimento significativo em relação a 1991, que era 29,6%. A taxa de escolarização para as crianças de 5 a 9 anos de idade, em 2000, atingiu 60,4%, apresentando uma taxa de 83,6% para a área urbana e de apenas 49,2% para a área rural. Na comparabilidade com o Censo Demográfico de 1991, enfatiza-se que para este subgrupo que a taxa de escolarização revelada em 2000 dobrou em relação à 1991. Analisando a frequência escolar entre 10 e 14 anos de idade, observou-se que, a categoria de indígenas já atingiu proporções superiores aos 70% de alunos na escola.

**Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos de idade indígenas - Brasil - 1991-2000**

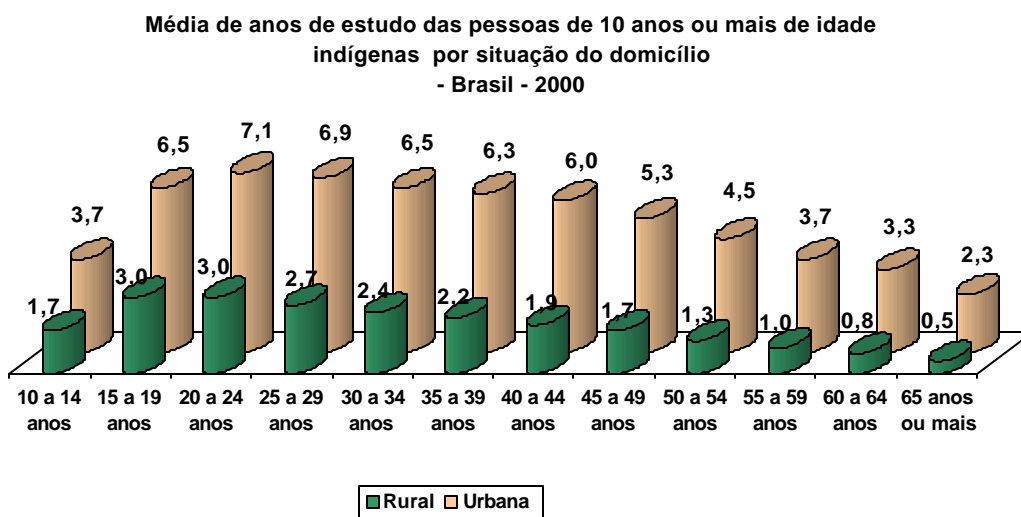


**Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos de idade indígenas por situação do domicílio - Brasil - 2000**



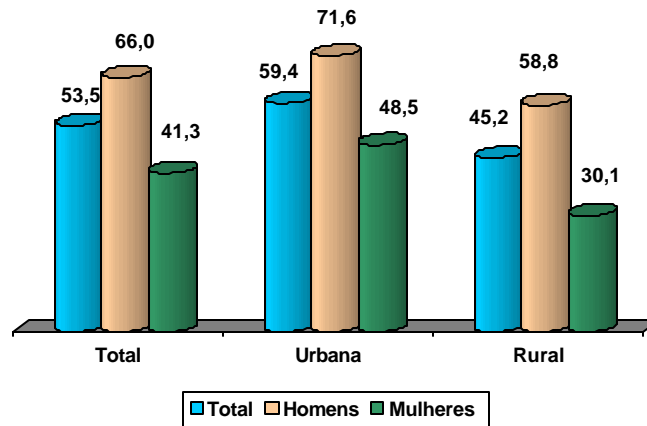
Os avanços na média de escolaridade da população indígena foram significativos na última década, com um incremento de 95,8%. Em 1991, as pessoas de 10 anos ou mais de idade indígenas detinham uma média de 2,0 anos de estudo, passando para 3,9 anos de estudo, em 2000. A área urbana, no período 1991-2000, apresentou um crescimento de

30,4%, passando de 4,0 anos de estudo, em 1991, para 5,3 anos de estudo, em 2000. O grande aumento aconteceu exatamente na área rural, esta média de anos de estudo atingiu, em 2000, 2,0 anos de estudo, tendo em 1991, apresentado 1,2 anos de estudo.



As perspectivas de inserção dos indígenas no mercado de trabalho, segundo os critérios adotados nos censos têm seus diferenciais caracterizados quando analisados pela situação dos domicílios. Os indígenas que residem nas áreas urbanas do país assumem as atividades de caráter urbano e sua taxa de atividade, segundo a pesquisa censitária foi 59,4%, já os que residem na área rural possuem uma taxa mais baixa (45,2%) de atividade. Quanto às faixas etárias, as maiores taxas de atividade pertencem às pessoas indígenas entre 35 e 39 anos de idade, diferindo para a área urbana que se situa no intervalo quinquenal anterior (30 a 34 anos de idade). Para a área rural as pessoas indígenas de 10 anos ou mais possuem o máximo também no grupo de 35 a 39 anos.

**Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade indígenas por situação do domicílio, segundo o sexo - Brasil - 1991-2000**



Quanto ao nível de desocupação<sup>3</sup> das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade na semana de referência era 15,1%, sendo que aqueles que estavam residindo na área urbana alcançou 19,8% e na área rural, 6,3%.

Na análise do nível de imputação das variáveis que deram origem as pessoas economicamente ativas verificou-se que 97,7% das respostas eram consistentes.

Indicadores calculados com base nas informações na condição de atividade das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade utilizando duas distribuições, a distribuição final das informações e a sem correção qualitativa dos dados - 2000

Taxa de atividade	Distribuição da mulheres indígena de 15 a 49 anos de idade	
	Final (1)	Somente com respostas válidas (2)
Total	53,5	53,1
Urbana	59,4	59,3
Rural	45,2	44,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(7) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa) e com informações que tiveram tratamento crítico.

(8) Estrutura com respostas válidas (sem correção qualitativa).

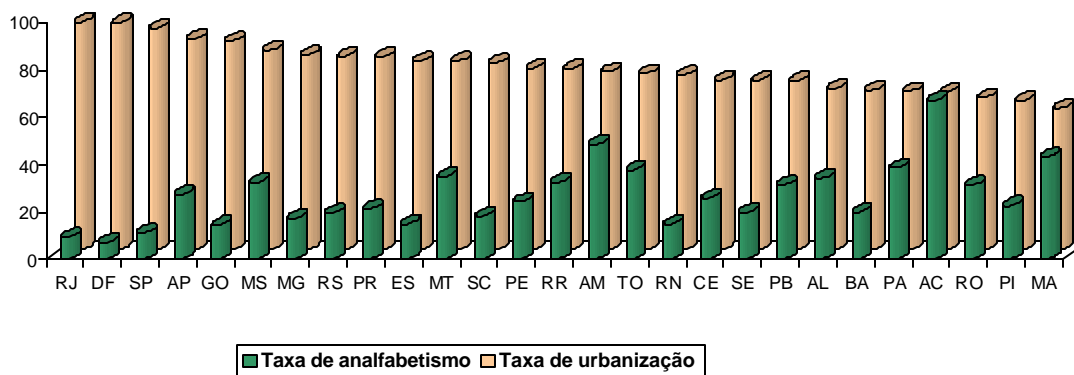
<sup>3</sup> Conceito utilizado no Censo Demográfico 2000 - Pessoas desocupadas - foram classificadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana que tomaram alguma providência efetiva na procura de trabalho no período de referência de 30 dias.

#### 4. Considerações no âmbito geográfico

As características demográficas, sociais e econômicas da população indígena são distintas quando analisadas pela localização geográfica. A Região Norte detém o maior percentual (1,6%) de indígenas do país. Os estados de Roraima e Amazonas possuem 8,7% e 4,0%, respectivamente, que correspondem às proporções mais elevadas de população indígena dentre os estados brasileiros. Em termos percentuais a região sudeste detém a menor proporção de população indígena.

Quanto aos níveis educacionais, as regiões brasileiras possuem 43,2% das pessoas de 15 anos ou mais indígenas analfabetas, tendo o estado do Acre apresentado a maior proporção (66,9%) da região e do país. Os níveis de analfabetismo de um modo geral eram bem elevados, independentemente da sua localização geográfica, com raras exceções como Distrito Federal (7,0% de analfabetos) e Rio de Janeiro (9,4% de analfabetos), que são estados com a maior proporção de população urbana do país. Portanto, quanto maior for a proporção de população urbana menor será a taxa de analfabetismo, existe correlação entre alfabetização e desenvolvimento urbano na grande maioria dos estados, isto é, nos estados onde existe um número maior de instituições educacionais e com melhores condições de acesso a escola.

**Taxa de urbanização da população total e taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade indígenas - Brasil - 2000**



A taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade indígenas das regiões Sudeste e Sul se destacaram, e quanto aos estados, São Paulo, Goiás e Distrito Federal possuíam praticamente 64% destas pessoas exercendo alguma atividade produtiva. No conjunto das pessoas ocupadas estes estados possuíam as proporções mais elevadas de empregados. Das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas 61,3% estavam na área urbana.

Quanto a posição na ocupação das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade tem como distribuição percentual 52,8% de empregados, 1,3% de empregadores, 25,3% de conta própria e 20,7% de não remunerado e trabalhador para o próximo consumo.

A distribuição de renda revelada pelo Censo Demográfico 2000 para os indígenas apresentou proporção muito elevada para aqueles que ganhavam até 1 salário mínimo. Na região Norte e Nordeste, praticamente metade dos indígenas estavam concentrados nesta faixa salarial. A região Sudeste detém a menor proporção nesta faixa.

Quanto ao outro extremo considerado, acima de 20 salários mínimos, revelou 1,1% dos indígenas nesta faixa e estava concentrada na Região Sudeste. Os estados com as maiores proporções eram Distrito Federal (3,7%) e Alagoas (2,9%).

Os setores de atividades com maior representatividade pelos indígenas ocupados dentro da área urbana eram comércio, representação de veículo (16,9%), nas indústrias de transformação (13,5%), nos serviços domésticos (10,9%) e na construção (10,5%). Na área rural era a agricultura, pesca e silvicultura com 72,0% de pessoas ocupadas.

## **5. Considerações finais**

As informações que constam neste documento procuraram traçar um perfil da população que se autodeclarou indígena nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, segundo a situação do domicílio, quer seja urbana ou rural e os resultados encontrados nos indicadores calculados revelaram a existência de um grande diferencial entre estes dois subgrupos populacionais para as características demográficas, sociais e econômicas. Portanto, as políticas públicas voltadas para esta população com ações específicas que sejam eficazes deverão levar em consideração a grande diversidade existente no âmbito geográfico. A influência do meio onde a população indígena é encontrada interfere nas suas características, haja vista a composição da própria estrutura etária; a fecundidade das mulheres indígenas na área urbana bem compatível com a do total de mulheres desta mesma área, logo independe da sua cor ou raça declarada, e como outro exemplo os indicadores educacionais. O breve paralelo traçado entre as distribuições definitivas das informações demográficas, sociais e econômicas com aquelas que eram consistentes e portanto não foram objeto de imputação foi com a intenção avaliar que não houve dificuldade no tratamento das informações provenientes deste subgrupo populacional.

## **Referência Bibliográfica**

IBGE\_Censo demográfico 2000: manual do recenseador - CD- 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 149 p.

IBGE\_Censo demográfico 2000: Características Gerais da População - resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 178 p.

IBGE\_Censo demográfico 2000: Metodologia do Censo demográfico 2000. Série relatórios metodológicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. V 25.

IBGE\_Censo demográfico 1991: manual do recenseador - CD- 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 97 p.

IBGE\_Censo demográfico 1991: Características Gerais da População e Instrução. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. V 1.

IBGE\_Tendências demográficas: uma análise dos censos demográficos e da contagem da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 28 V.